



ONU

Visita *in loco* e avaliação do Brasil



COOPERAÇÃO

Governo do Paraguai lança Selo de Integridade



OCDE

Relatório: modernização da avaliação dos riscos para a integridade no Brasil

Reunião do Grupo de Trabalho de Governo Aberto



OGP

CGU participa da Semana de Governo Aberto



BRICS

Workshop sobre Anticorrupção e Desenvolvimento Econômico



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

[CGU e PNUD contratam especialista em transversalidade da perspectiva de gênero e raça](#)

[CGU participa do I Congresso da Aliança Global de Ombudsperson Locais](#)

[Semana de Governo Aberto: CGU participa da abertura e destaca o Programa Time Brasil](#)

[CGU apresenta o Programa "Um Por Todos e Todos Por Um!" na Bett Online](#)

[CGU promove reuniões do 2º ciclo avaliativo de aplicação da Convenção das Nações Unidas contra a corrupção](#)

[OCDE apresenta relatório sobre avaliação dos riscos para a integridade no Brasil](#)

[CGU participa de encontro sobre Agenda de integridade no Brasil e acesso à OCDE](#)

[Empresa Pró-Ética, da CGU, inspira programa de integridade para empresas paraguaias](#)

[CGU participa de workshop sobre portais de transparência e dados abertos](#)

[CGU participa de webinar sobre "Corrupção Transnacional, caso Odebrecht"](#)

[CGU participa do XXII Encontro da Rede de Transparência e Acesso à Informação](#)

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

CONVENÇÃO DA ONU

Visita *in loco* e avaliação do Brasil

Dando continuidade ao processo avaliativo do Brasil, no âmbito do Segundo Ciclo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), ocorreu, na sede da Controladoria-Geral da União (CGU), em Brasília, a visita *in loco* dos avaliadores do México e de Portugal, além dos técnicos do secretariado do Escritório

das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC).

Composta por uma série de reuniões transcorridas entre 11 e 13 de maio de 2022, a visita *in loco* estava planejada para o final de março de 2020, mas teve que ser adiada em virtude das medidas protetivas implementadas com o surto da Covid-19.

RETROSPECTO DO PROCESSO AVALIATIVO

2019

Iniciou-se o Segundo Ciclo Avaliativo do Brasil, que abrange os capítulos II e V da Convenção, compreendendo os artigos 5-13 (medidas preventivas); 14, 52 e 58 (lavagem de dinheiro); 51, 53-57 e 59 (recuperação de ativos).

México e Portugal foram os Estados pares sorteados para realizar o exame do Brasil.

O UNODC disponibilizou formulário autoavaliativo para preenchimento pelo Brasil. A CGU coordenou o processo, que começou a partir de reunião com cerca de 15 órgãos e entidades do Poder Executivo federal, além do Poder Judiciário e do Ministério Público, ocorrida em 1º de julho de 2019.

2020

A CGU recebeu subsídios dos parceiros, bem como reuniu informações de suas secretarias, sistematizou o material e enviou as respostas ao questionário em 22 de janeiro de 2020.

A visita *in loco*, prevista para ocorrer em fins de março de 2020, foi adiada em razão das

medidas de segurança relativas à Covid-19.

O secretariado do UNODC compartilhou a *deskreview* – avaliação prévia dos peritos sobre as informações enviadas pelo Brasil em resposta ao questionário autoavaliativo – contendo observações e questionamentos.

2021

Para responder os questionamentos, a CGU contou, uma vez mais, com os órgãos inicialmente envolvidos, além de novos parceiros, como a Câmara dos Deputados, o Senado e o Superior Tribunal de Justiça. As informações foram coletadas, sistematizadas e enviadas para tradução.

Os órgãos envolvidos no processo foram: Advocacia-Geral da União; Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público; Controladoria-Geral da União; Comissão de Ética Pública; Ministério

da Economia (incluídos o Banco Central do Brasil; a Comissão de Valores Mobiliários; o Conselho de Controle de Atividades Financeiras e a Receita Federal do Brasil, além das secretarias especializadas da Pasta); Ministério da Justiça e Segurança Pública (incluídos a Polícia Federal; o Departamento de Recuperação de Ativos, da Secretaria Nacional de Justiça; e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos); Ministério Público Federal; Senado Federal; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União e Tribunal Superior Eleitoral.

2022

O documento com as informações adicionais à *deskreview* foi transmitido aos

avaliadores antes da visita *in loco*, que ocorreu de 11 a 13 de maio.



Mesa de abertura da visita in loco

Os avaliadores se encontraram com cerca de 40 representantes de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, além de terem reunião exclusiva com representantes da sociedade civil. Foi um momento em que se tiraram dúvidas relativas às informações encaminhadas pelo Brasil sobre os Capítulos II e V da UNCAC, referentes a Medidas Preventivas e Recuperação de Ativos, além de terem sido compartilhadas boas práticas dos órgãos e entidades brasileiras.

O ministro Wagner Rosário, o secretário Executivo José Marcelo de Carvalho, a representante do UNODC no Brasil,

Elena Abbati, e os demais secretários da CGU estiveram presentes nas mesas de [abertura](#) e encerramento da visita *in loco*, demonstrando o comprometimento da alta administração com o processo avaliativo, bem como com as recomendações internacionais advindas dos foros externos. Durante as reuniões, os secretários e servidores da CGU se revezaram na representação do órgão de maneira a oferecer prontamente os esclarecimentos necessários às dúvidas dos expertos internacionais.

As organizações da sociedade civil que participaram de reunião com os avaliadores foram: Instituto Brasileiro

de Governança Corporativa; Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; *Open Knowledge Brazil* e Transparência Internacional.

A próxima etapa da avaliação consiste no envio, por escrito, de informações adicionais solicitadas pelos avaliadores. Na sequência, os examinadores, com o auxílio do secretariado do UNODC, elaborarão dois documentos: o sumário executivo e o relatório de avaliação, que finalizam o processo avaliativo brasileiro.

O relatório de avaliação inclui as recomendações ao Brasil quanto aos temas sob análise. Uma vez recebidas, as

recomendações serão direcionadas aos órgãos competentes para apreciação e implementação das medidas.

É importante ressaltar que, tanto as respostas ao questionário, quanto o relatório e o sumário executivo, serão publicados no [Country Profile do Brasil](#) na página do UNODC, tão logo o procedimento avaliativo finalize. Já as recomendações emitidas serão cadastradas no [Painel de Recomendações de Foros Internacionais](#), ferramenta que possibilita a consulta da situação quanto ao cumprimento dos itens e os respectivos órgãos responsáveis.



Encerramento da visita in loco

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

CGU participa do maior evento sobre Auditoria de TI



Visão geral da ISACA Conference North America 2022

Representando a CGU, o coordenador-geral de Auditoria de Tecnologia da Informação, Matheus Scatolino de Rezende, participou da *ISACA Conference North America 2022*, em *New Orleans*, nos Estados Unidos. Essa conferência é considerada a maior referência mundial sobre auditoria de tecnologia da informação e ocorreu no mês de maio.

Considerando o aumento de ataques cibernéticos, inclusive em órgãos da administração pública brasileira, a Conferência focou a discussão sobre como a auditoria pode contribuir para melhoria da segurança da informação nas organizações, especialmente, para reduzir o risco de ataques de *ransomware* (resgate de dados).

Além disso, o evento destacou a

importância de tratar a segurança da informação como risco de negócio e não apenas da área de tecnologia. A auditoria interna tem o papel fundamental em supervisionar a identificação dos riscos e a adoção de controles, com o apoio da alta administração. A Conferência também abordou outros temas como governança, privacidade, tecnologias emergentes e desenvolvimento de lideranças.

A participação no evento foi uma oportunidade para estudar temas relevantes com o objetivo de aperfeiçoar a elaboração de ações de controle relacionadas com tecnologia da informação pela CGU, especialmente devido ao processo em andamento de migração dos serviços públicos para o ambiente digital.

HISTÓRICO

A ISACA (*Information Systems Audit and Control Association*) é uma associação fundada há mais de 50 anos, referência em governança, segurança e auditoria em tecnologia da informação. Os

padrões de auditoria e controle de tecnologia da informação são seguidos por profissionais em todo o mundo, sendo que os mais conhecidos são os modelos COBIT e CMMI.

PLANO ANTICORRUPÇÃO

CGU compartilha a experiência brasileira com Agência Francesa

O Secretário de Combate à Corrupção, João Carlos Figueiredo Cardoso, juntamente com a Secretária Adjunta, Luana Meireles, e a Chefe de Gabinete, Priscila Coradi, assistidos pela Chefe Substituta da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Mônica Bulhões, participaram de reunião virtual, em 17 de maio de 2022, com representantes da área de consultoria, de integridade e da área internacional da Agência Francesa Anticorrupção (AFA), chefiados pela servidora Izadora Zubek.

Por solicitação da AFA, que está trabalhando na renovação do plano nacional anticorrupção francês, o qual se iniciou em 2020 e terminará em 2022, o Secretário realizou apresentação sobre a o [Plano Anticorrupção brasileiro](#), com ênfase na metodologia utilizada para sua elaboração. Desse modo, explicou as competências do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC), de seu Comitê Técnico de Assessoramento, e as etapas para a concretização do Plano: a realização do diagnóstico pelos órgãos do



Registro da reunião entre a Controladoria-Geral da União e a Agência Francesa Anticorrupção

CICC; a elaboração do plano de ações; a execução das ações e seu monitoramento.

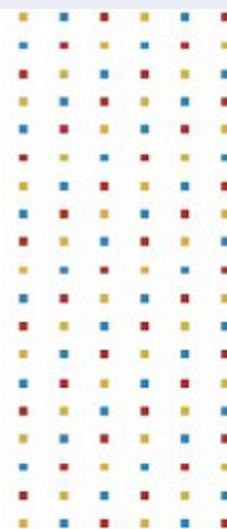
Os representantes franceses demonstraram grande interesse na metodologia utilizada no Plano Anticorrupção, ao pedirem mais detalhes sobre o *modus operandi* do diagnóstico e sobre a realização de consulta pública durante o processo. Ao final do encontro, os participantes da Controladoria-Geral da União explicitaram o desejo de conhecer a experiência francesa, uma vez finalizado o novo plano anticorrupção daquele país.

OGP

Semana de Governo Aberto

SEMANA DE GOVERNO ABERTO

17 a 20 de maio de 2022 • Brasil



A CGU, por meio da Diretoria de Transparência e Controle Social, participou da organização da Semana de Governo Aberto, evento relacionado à Parceria para Governo Aberto (OGP, da sigla em inglês).

A Semana de Governo Aberto é um evento internacional anual promovido pela OGP entre os 79 membros nacionais e 56 governos locais de todo o mundo. O objetivo é promover a pauta de governo aberto, em parceria com a sociedade civil.

Em 2022, os três governos locais brasileiros membros da OGP Local (Santa Catarina, São Paulo e Osasco) se uniram à CGU para propor uma agenda conjunta de quatro dias de discussões sobre: participação social, transparência, inovação e combate à corrupção.

O evento ocorreu no período de 17 a 20

de maio, e contou com a participação do secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, Roberto Viégas na [abertura](#), que ressaltou a importância do tema e a parceria com os estados participantes para a ampliação do debate sobre governo aberto. Durante a Semana, foram realizados três tipos de atividades: mesas compartilhadas, painéis e oficinas, cujas gravações podem ser acessadas na [página do evento](#).

A transmissão da série Diálogos em Controle Social, que tem como objetivo *“promover a construção de uma rede de troca de conhecimentos e de práticas sobre transparência e controle social, tendo como foco as experiências das organizações da sociedade civil”* também foi realizada dentro da programação da Semana e teve como tema o [Controle social das atividades policiais e a proteção do espaço cívico](#).

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Apresentação do Portal da Transparência no âmbito do Projeto Global do UNODC



Servidores da CGU e demais participantes do encontro virtual promovido pelo UNODC

No dia 20 de maio de 2022, a CGU, por meio da Diretoria de Transparência e Controle Social, apresentou o Portal da Transparência a um grupo de especialistas, no âmbito do projeto global “Resposta e Recuperação Anticorrupção à Covid-19”.

O projeto é conduzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, em parceria com a *Open Contracting Partnership (OCP)*. Criada pelo Banco Mundial, a OCP é hoje uma organização independente que atua em mais de 30 países, promovendo a transparência nas contratações públicas através do acesso à informação.

O Portal da Transparência do Governo Federal foi identificado como exemplo de boas práticas e a OCP poderá contribuir para o aprimoramento de ferramentas de transparência, especialmente em relação ao tema de contratações abertas.

Os especialistas manifestaram interesse em conhecer as ferramentas do Portal, principalmente em relação ao fortalecimento da transparência nas compras públicas, necessidade que se avolumou em todo o mundo, devido à pandemia da Covid-19.

Neste contexto, a CGU apresentou os principais desafios para o aprimoramento das funcionalidades do Portal, especialmente em relação à performance, usabilidade e apresentação de dados não estruturados.

A OCP apresentou propostas para assessoramento nas questões apontadas e agendou novo encontro para realização, em conjunto com a equipe técnica, de treinamento sobre padrões de disponibilização de contratações públicas, conforme mapeamento internacional desenvolvido pela organização.

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

Revista da CGU lança sua 25ª Edição

A Revista da CGU, em aliança com a Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP e a com a Rede pela Prestação de Contas no México, chegou a sua 25ª edição, veiculando o Dossiê Especial "Dez anos da LAI: trajetórias, avanços e desafios", em alusão à data comemorativa.

Avançando nos esforços de internacionalização, o Dossiê Especial contou com a coordenação especial da editora convidada, Lourdes Morales, da Universidade de Guadalajara, além de avaliadores de instituições de ensino mexicanas. A edição lançada no dia 31 de maio de 2022 trouxe, ainda, um artigo do professor Guido Moncayo Vives, especialista em transparência e acesso à informação da *Defensoría del Pueblo* do Equador.

Entrevista com o professor David Pozen

A última edição do periódico também

contemplou a entrevista com o professor David Pozen, vice-reitor para a Vida Intelectual e professor da Escola Charles Keller Beekman de Direito na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Acadêmico com uma ampla gama de experiências práticas no Departamento de Estado, na Suprema Corte e no Senado dos Estados Unidos, o professor Pozen escreveu inúmeros artigos e ensaios sobre transparência e outros temas relacionados.

Tradução de artigos

A 25ª Edição da Revista da CGU apresenta a versão para o inglês dos artigos em português, e vice-versa.

Trata-se de medida fundamental para que o veículo de divulgação científica da Casa alcance o público internacional, intensificando o protagonismo da CGU nas temáticas relacionadas às atribuições do órgão.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE

LANÇAMENTO

Relatório sobre Modernização da avaliação dos riscos para a integridade no Brasil

Nos dias 10 e 11 de maio de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou o 2º Encontro das Unidades Integrantes do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal (SIPEF). Na ocasião, foi realizado o lançamento do [Relatório sobre a modernização da avaliação dos riscos para a integridade no Brasil](#), fruto de estudo contratado pela CGU junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acerca do fortalecimento das Unidades de Gestão da Integridade e da gestão de riscos para a integridade no país.

Durante o evento, o analista de políticas da Divisão de Integridade Pública da

OCDE, Frédéric Boehm, apresentou as conclusões do estudo. Estas incluem as principais dificuldades verificadas no processo de identificação, avaliação e mitigação dos riscos para a integridade nos órgãos e entidades públicos, bem como as principais recomendações trazidas pelo relatório a fim de facilitar e aumentar a eficiência deste processo.

Embora o 2º Encontro das Unidades Integrantes do SIPEF tenha sido dedicado primordialmente ao tema da gestão de riscos para a integridade, o analista Frédéric Boehm também proferiu uma palestra sobre o comprometimento da alta direção, abordando o Capítulo 1 do [Manual de Integridade Pública da OCDE](#).

GOVERNO ABERTO

5ª Reunião do Grupo de Trabalho é realizada na Finlândia



Abertura da reunião do Grupo de Trabalho do Governo Aberto da OCDE

A CGU participou da 5ª Reunião do Grupo de Trabalho de Governo Aberto da OCDE em Helsinque, Finlândia, nos dias 11, 12 e 13 de maio de 2022.

O Grupo de Trabalho do Governo Aberto da OCDE foi formalmente criado em 2019. Antes disso, tratava-se de um grupo informal de especialistas. Atualmente, o grupo de trabalho é presidido por Katju Holkeri, conselheira ministerial sênior do Ministério das Finanças da Finlândia. A 5ª reunião do grupo contou com a presença de 25 servidores públicos de 15 países membros da OCDE e países convidados, dentre os quais o Brasil.

Durante o encontro, o governo finlandês apresentou uma metodologia de participação social que tem atraído atenção e interesse de outros países. As discussões realizadas durante a pandemia da Covid-19 proporcionaram uma oportunidade de promover a inclusão social e de impulsionar a confiança. Este trabalho continuou com os chamados Diálogos de Defesa da Democracia e a criação de um modelo de diálogos nacionais.

A Finlândia é um dos poucos países onde todo o setor público participa do trabalho colaborativo em governo aberto. Os municípios desempenham um papel fundamental nesse processo. Durante a reunião, foi apresentado o trabalho estratégico e abrangente sobre o governo aberto realizado nas cidades de Oulu e Äänekoski.

Os representantes da delegação

brasileira, Breno Cerqueira Alves, diretor de Transparência e Controle Social, e Rogério Vieira dos Reis, coordenador-geral de Governo Aberto e Transparência, apresentaram os principais resultados da [Revisão de Governo Aberto](#) contratada pelo Brasil em 2020. Esta é uma das últimas [etapas da avaliação](#) que terá seu relatório final divulgado em junho de 2022. Durante a apresentação, o governo brasileiro apresentou o desenho do *framework* proposto para implementação das recomendações constantes do estudo.

Uma das propostas do governo brasileiro é utilizar os próximos Planos Nacionais de Governo Aberto da [Parceria para Governo Aberto \(OGP, da sigla em inglês\)](#) para desenhar e executar em conjunto com a sociedade civil parte das recomendações de médio e longo prazo. Para dar suporte a essa proposta, a ideia é que seja coconstruída, no 6º Plano de Ação Nacional da OGP, a Estratégia de Governo Aberto do Poder Executivo federal. A proposta foi muito bem recebida pela OCDE, pelos países participantes e pela própria OGP, que também participava da reunião.

No momento em que a Lei de Acesso à Informação completa 10 anos, a Revisão de Governo Aberto da OCDE ressalta e reconhece os avanços do governo brasileiro em capítulos específicos sobre Transparência, Participação Social, Dados Abertos, *Accountability* e Espaço Cívico, ao tempo em que traça um caminho rumo a uma Agenda Integrada de Governo Aberto.

ICIC

DISCUSSÕES TEMÁTICAS

CGU marca presença nos grupos de trabalho da ICIC



Registro de reunião no âmbito da ICIC

Nos dias 25 e 26 de maio de 2022, quatro grupos de trabalho da Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação – ICIC iniciaram suas atividades. Os grupos têm como temática: treinamento em acesso à informação, jurisprudência, transparência por desenho, e gênero e grupos vulneráveis. A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União, marcou presença em todas as reuniões.

O Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais do México, que exerce a Presidência da ICIC, apresentou os objetivos de cada grupo de trabalho, a proposta de calendário e as orientações gerais para a condução das atividades.

Cada grupo poderia ser coordenado por um ou dois representantes. A CGU se tornou cocoordenadora de dois grupos de trabalho: de Gênero e grupos vulneráveis, em conjunto com o Órgão garantidor do acesso à informação da Cidade Autônoma de Buenos Aires; e de Transparência por desenho, juntamente com o Escritório do Comissário de Informação do Reino Unido.

A [ICIC](#) é um fórum global que reúne autoridades e órgãos de garantia do direito de acesso à informação de todos os continentes, com o objetivo de proteger e promover o direito de acesso à informação e aprimorar a transparência e *accountability* para benefício de todos.

REDE GIFT

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

CGU apresenta as mudanças recentes e as novas consultas disponíveis

A CGU participou, no dia 25 de abril de 2022, de reunião da [Global Initiative for Transparency \(GIFT\)](#), rede criada em 2011 para alcançar melhorias na transparência fiscal, prestação de contas e participação inclusiva e que reúne governos, organizações da sociedade civil, instituições financeiras e outras partes interessadas.

Na reunião, o coordenador-geral de Governo Aberto e Transparência, Rogério Reis, apresentou as ações mais

relevantes realizadas recentemente, no âmbito do Portal da Transparência do Governo Federal.

O coordenador destacou a consulta à remuneração de aposentados e pensionistas, e a consulta às notas fiscais eletrônicas, ressaltando a amplitude das informações disponibilizadas à sociedade, tanto de forma *online* quanto por meio de *download* de dados abertos e API (*Application Programming Interface*).

BRICS

ACWG

Workshop sobre Anticorrupção e Desenvolvimento Econômico

Representantes do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul se reuniram em 26 de maio de 2022, em formato virtual, no âmbito do Grupo Anticorrupção do BRICS, sob a Presidência da China.

O encontro, intitulado “*Workshop* sobre Anticorrupção e Desenvolvimento Econômico”, subdividiu-se em três sessões, nas quais foram abordados os

seguintes temas:

- Anticorrupção no Setor Público para o desenvolvimento econômico;
- Integridade Empresarial para o Desenvolvimento Econômico;
- Como ações anticorrupção criam um ambiente cultural “limpo” para o desenvolvimento econômico.

Os palestrantes, oriundos de diversas áreas dos governos de seus países

(Controle, Direito, Educação, Tributação) e do setor privado, discutiram a importância dos esforços anticorrupção no setor público para salvaguardar o desenvolvimento econômico, na medida em que cria um espaço adequado para novos negócios.

Os participantes destacaram a importância da cooperação internacional em relação à troca de informações e documentos que possam auxiliar as esferas administrativa e judiciária dos países na identificação e na punição dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro; a necessidade de treinamento

de servidores e estrutura de sistemas de informática específicos para auxiliar no combate à corrupção; e, ainda, a importância de ações para educação da sociedade e a implementação de uma cultura de “aversão à corrupção”.

Os servidores Otávio Moreira de Castro Neves e Juliana Carneiro Martins de Menezes, da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, representaram a CGU na ocasião. O auditor Otávio Moreira de Castro Neves apresentou o projeto “[Um por todos e todos por um](#)”, uma iniciativa de educação para a ética e cidadania no ensino fundamental.

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

Paraguai lança Selo de Integridade inspirado no Pró-Ética

No dia 4 de maio de 2022, o governo do Paraguai lançou o [Selo Integridade](#), destinado à promoção da integridade junto às empresas públicas e privadas daquele país.

A iniciativa é fruto da cooperação trilateral “Fortalecendo a Integridade em Tempos de Crise” entre Brasil, Paraguai e Alemanha. Representando o Brasil, junto à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, a Controladoria-Geral da União (CGU)



participa do projeto, compartilhando a experiência com o Pró-Ética, que serviu como referência para o desenvolvimento do programa de incentivos do Paraguai.

O evento de lançamento contou com a participação de autoridades e equipes técnicas dos governos paraguaio, brasileiro e alemão. Além do ministro da CGU, representaram o Brasil o



Wagner Rosário apresenta a CGU aos representantes da Secretaria Nacional Anticorrupção do Paraguai

embaixador do Brasil no Paraguai, José Marcondes de Carvalho, a diretora-adjunta da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, ministra Mariana Madeira, e servidores da CGU envolvidos no projeto de cooperação.

“A palavra Integridade, cujo significado da palavra em Guarani é “fazer nascer a confiança”, é fundamental para as exitosas trocas comerciais.”

Giannina Ríos, do Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai

[Confira a cobertura detalhada da cerimônia na página da Agência Brasileira de Cooperação](#)

Além do evento, o ministro da CGU participou de encontros técnicos com representantes da embaixada brasileira no Paraguai e de órgãos de controle e de combate à corrupção.